

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.061, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera o *caput* do art. 16 e inclui parágrafo único nos arts. 11, 12 e 13 da Lei Complementar nº 1.016, de 4 de julho de 2024 – que institui o Programa Porto Alegre Forte, cria o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre, o Fundo Municipal de Reconstrução e Adaptação Climática (FMRAC) e, em caráter excepcional e temporário, os Cargos em Comissão que especifica e inclui art. 1º-A na Lei nº 10.087, de 6 de novembro de 2006 –, prorrogando o prazo para existência dos Cargos em Comissão de 31 de dezembro de 2025 para 31 de dezembro de 2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído parágrafo único no art. 11 da Lei Complementar nº 1.016, de 4 de julho de 2024, conforme segue:

“Art. 11.

Parágrafo único. Fica prorrogado o prazo previsto no *caput* deste artigo até 31 de dezembro de 2027.” (NR)

Art. 2º Fica incluído parágrafo único no art. 12 da Lei Complementar nº 1.016, de 2024, conforme segue:

“Art. 12.

Parágrafo único. Fica prorrogado o prazo previsto no *caput* deste artigo até 31 de dezembro de 2027.” (NR)

Art. 3º Fica incluído parágrafo único no art. 13 da Lei Complementar nº 1.016, de 2024, conforme segue:

“Art. 13.

Parágrafo único. Fica prorrogado o prazo previsto no *caput* deste artigo até 31 de dezembro de 2027.” (NR)

Art. 4º Fica alterado o *caput* do art. 16 da Lei Complementar nº 1.016, de 2024, conforme segue:

“Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2027.” (NR)

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 22 de dezembro de 2025.

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,
Procurador-Geral do Município.